

ASUSTENTABILIDADE DUALISTA DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA “LIMITES E POSSIBILIDADES”: O CASO DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA- I/SAPÉ-PB

Rômulo Luiz Silva Panta

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB - Campus III - Rua Padre Zeferino Maria,66
Centro-Sapé-Paraíba - Fones: 83 -93031854/83- 32832460
romulolspanta@yahoo.com.br

Revisado em 3 de Julho revisado em 18 de novembro de 2008.

RESUMO: Realizar um trabalho sobre a temática agrária é efetuar uma análise temporal, econômica e social, bem como relatar as reais situações de desigualdades vistas no espaço agrário nacional em especial o espaço agrário paraibano. Estas relações estão inseridas no contexto nacional, como um dos “gritos” dados pela sociedade, para mostrar ao mundo os contrastes, discriminações, explorações, e a imparcialidade com que se trata a Reforma Agrária. O objetivo deste trabalho foi analisar as condições de vida no que cerne mais especificamente as condições e relações de trabalho, renda, moradia e continuidade no espaço agrário do Assentamento Santa Helena I-Sapé/PB. Utilizou-se para fundamentação do estudo, a matriz teórica do espaço. Neste sentido o espaço é concebido como um conjunto de sistemas orientados em objetivos e ações. Na perspectiva metodológica que se consistiu de um levantamento, documental e bibliográfico, para fundamentar as propostas de estudo. Para tanto se destaca alguns autores, que contribuíram de maneira valorosa que são: Castro (1967); Lemos (1996); Moreira (1997); Pereira (2005) e Varela (2006), entre outros, como pesquisas em site do MST, INCRA e IBGE, que contribuíram para execução do trabalho. Através das idéias e temáticas destes autores, foi se construindo um conhecimento científico necessário para se elaborar o trabalho. Posteriormente foram efetuadas as visitas/pesquisas de campo que se constituíram como materialização do estudo, durante o período de janeiro 2006 a fevereiro 2007. Durante a pesquisa foram valorizadas as preocupações relacionadas

com a história oral de cada um, atuando como elemento significativo que contribuiu para a execução do trabalho, e fez entender que a Reforma Agrária é o primeiro passo a primeira conquista. Investir neste projeto é dá suporte social para promover a equidade entre os camponeses e corrigir o abismo existente entre as classes majoritárias e minoritárias.

Palavras-Chave: Agrário, Trabalho, Moradia, Continuidade.

ABSTRACT: To carry through a thematic work on the agrarian one is to effect one analyzes secular, economic and social, as well as telling the real situations of inequalities seen in special the national agrarian space in the paraibano agrarian space. These relations are inserted in the national context, as one of the “shouts” given by the society, to show to the world the contrasts, discriminações, explorations, and the imparcialidade with that if it deals the Agrarian Reformation. The objective of this work was to analyze the conditions of life in what cerne more specifically the conditions and relations of work, income, housing and continuity in the agrarian space of the Nesting Saint Helena I-Sapé/PB. It was used for recital of the study, the theoretical matrix of the space. In this direction the space is conceived as a set of systems guided in objectives and action. In the metodológica perspective that if consisted of a survey, documentary and bibliographical, to base the study proposals. For in such a way if it detaches some authors, who had contributed in valorosa way that they are: Castro (1967); Lemos (1996); Moreira (1997); Pereira (2005) and Varela (2006), among others, as research in site of the MST, INCRA and IBGE, that had contributed for execution of the work. Through the thematic ideas and of these authors, it was if constructing a scientific knowledge necessary to elaborate the work. Later research of field that if had constituted as materialization of the study, during the period of January 2006 had been effected the visits/February 2007. During the research the concerns related with the verbal history of

each one had been valued, acting as significant element that contributed for the execution of the work, and made to understand that the Agrarian Reformation is the first step the first conquest. To invest in this project is of the social support to promote the equity between the peasants and to correct the existing abyss between the majoritárias and minority classrooms.

Keywords: Agrarian, Work, Dwelling, Continuity.

INTRODUÇÃO

A questão agrária está inserida no contexto nacional como um dos gritos dados pela sociedade e movimentos ligados ao campesinato, mostrando ao mundo os contrastes, discriminações, explorações e a imparcialidade como é tratada a Reforma Agrária. Esta, se feita de maneira justa e correta, modificaria toda a estrutura do capital, bem como diminuiria o hiato existente no espaço agrário brasileiro no que se refere às condições de vida.

O espaço agrário brasileiro, em especial na zona da mata canavieira do território paraibano foi e é um cenário histórico e social marcado por profundas contradições sócio-econômicas, dado à dicotomia imposta pela relação desigual entre capital e trabalho existente no mesmo. Espaço este estruturado nas relações dominantes no que se refere à apropriação da terra e dos recursos naturais bem como exploração da mão-de-obra. Estes fatores compuseram o *conjunto sistemas de objetos e ações que é resultante deste espaço* (CARLOS, 2001, p. 63).

Neste sentido a pesquisa tem como objetivo central analisar os níveis de sustentabilidade, progressão e continuidade dos assentamentos rurais localizados

nos municípios da Microrregião Sapé da Zona da Mata Paraibana. Evidenciado as dinâmicas de trabalho, renda, moradia e a incorporação dos descendentes dos assentados na construção do campesinato.

Na esfera pesquisada, destacam-se as diversas formas de organização dos movimentos sociais no campo que dizem respeito ao campesinato, cujas raízes relacionam-se à luta contra a concentração de terras, de renda e da superexploração de mão-de-obra, que evidenciam a apropriação do trabalho (mais-valia) dos trabalhadores rurais e dos camponeses pelos setores dominantes da economia, que determinaram à forma de organização do meio rural.

A apropriação dos meios de produção pelo capital e a exploração do pequeno produtor camponês e do trabalho social é a fonte primitiva de acumulação do capital (MARX, 1994 apud VARELA, 2006, p. 27). A consolidação do capitalismo, na forma comercial, ocorreu através dos grandes empreendimentos mercantis, do protecionismo econômico, do colonialismo de exploração, do forte aumento do poder do Estado.

Para Pereira (2005, p. 12), “estes movimentos constituem um processo de luta que resultou nos assentamentos rurais que hoje modificam a estrutura do espaço agrário brasileiro” e no caso específico paraibano, substituindo séculos de produções monocultoras (cana-de-açúcar) por policulturas alimentares (feijão, inhame, macaxeira, mandioca, milho, batata, goiaba, acerola, caju), produtos da terra e do trabalho dos homens e mulheres que constituem o campesinato brasileiro.

O ESPAÇO AGRÁRIO AÇUCAREIRO DA PARAÍBA: UMA REFLEXÃO PARA DISCUTIR UM CENÁRIO DESIGUAL

“Tudo começou quando o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele que arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritando aos seus semelhantes: Defendei-vos de ouvir este impostor; estareis perdidos se vós esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (ROUSSEAU, 1988, p. 63).

O Espaço Agrário Paraibano é um cenário historicamente marcado por concentrações e apropriações injustas de terras; relações desiguais de trabalho e moradia; explorações sócio-econômicas contraditórias e lutas sociais no campo. Por outro lado é um espaço marcado pela diversidade de recursos naturais e culturais. Estes fatores dimensionam e reconfiguram sua dinâmica, atingindo diretamente os recursos naturais disponíveis e os habitantes do mesmo, para cumprir os interesses do capital.

Para se compreender os referenciais teóricos que aqui estão sendo analisados, a geografia possui alguns conceitos-chaves e categorias de análise capazes de sistematizar a sua objetivação, sendo aqui abordada a categoria central instituída como o espaço geográfico. O espaço para a Ciência Geográfica é entendido, como a fusão/junção de fatores de ordem social, política, econômica, cultural e natural, que reorganizam/redimensionam toda a dimensão espacial analisada

(SANTOS, 1996).

O espaço geográfico é um conjunto de ações e fatores que reconfiguram a dinâmica social, onde acontecem todas as relações sociais de interesse coletivo, pois todos estão inseridos em dado espaço. O estudo do espaço no âmbito da geografia humanista¹ considera os sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência (TUAN, apud CASTRO, GOMES & CORREIA, 2005). Em face disto o espaço torna-se um dos principais objetos de interesse geográfico, como se pode perceber na citação:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título da instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ela contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o política-institucional e com o cultural ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua

¹ Corrente calçada nas filosofias do significado, espacialmente a fenomenologia e o existencialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista.

configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 1985, apud, MARIANO NETO, 2004, p.3).

No objetivo de referenciar espaço afirma Wagner (2003), o espaço é entendido como lugar do indivíduo resultando de ações dos homens sobre o seu próprio espaço. É no espaço geográfico que há o movimento/dinâmica interação e a organização. Para o autor esta dinâmica do espaço muda a cada época, formalmente e substancialmente, com resultados específicos sobre o mesmo. Pode-se destacar a ação do homem/natureza e a dinâmica estrutural de uma sociedade, como um dos fatores que mais redimensionam e modificam de formas diferentes e distintas um dado espaço. Estas alterações estão bem evidenciadas no espaço agrário paraibano, como se pode analisar na perspectiva de Moreira e Targino (1997):

O espaço agrário paraibano não constitui uma realidade homogênea, dada e acabada, mas um produto heterogêneo a ação diversificada do homem sobre a natureza. Ação esta condicionada pelo modo de organizar a produção de bens e serviços e pelas articulações sócias-políticas e culturais que são essenciais à sua sobrevivência (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.25).

O espaço agrário paraibano é colocado como objeto de consumo, pelas elites

em que, todas as relações existentes são quebradas para dar lugar à vontade capitalista, devido a seu grande potencial de produção, sendo esta produção destruidora do mesmo, e que servia como mera fonte de exploração, em que, todos os lucros, bem como o material produzido, eram destinados ao mercado externo.

A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil. Daí ele ser tido como um “espaço alienado”, ou seja, um espaço produzido para atender necessidades externas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 33).

Evidencia-se, no entanto o fato marcante tocante a questão de suprimento alimentar em área de monocultura da cana-de-açúcar. Região esta tão rica em solos, e condições climáticas, que poderia ter sido grande mantedora de alimentos. Ao contrário, as lavouras alimentares deram lugar a verdes canaviais, para alimentar a produção dos engenhos, experiências identificadas também nas usinas, como forma de cumprir as exigências do capital, fato este bem identificado por Castro (1967):

“Quando se estuda as condições de alimentação dessa área, o que logo surpreende o investigador é o contraste marcante

entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exigüidade dos recursos alimentares da região. (...) Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando por todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, desse modo, os recursos alimentares da região” (CASTRO, 1967, p. 94-95).

O espaço agrário da Paraíba na zona canavieira do Litoral é um lugar caracterizado por desigualdades sócio-econômicas e culturais que foram marcadas pela exploração dos colonizadores portugueses aos índios e africanos, tratados como escravos. Sendo a base dessa exploração o trabalho nos campos e engenhos de cana-de-açúcar. Posteriormente nas usinas com os trabalhadores, moedores/lavradores, que enfrentaram diversas e inúmeras formas de exploração, de ordem cultural, estrutural, social, política e econômica, redimensionando assim este espaço, sendo sempre direcionado aos interesses de acumulação do capital.

Sendo assim, o espaço agrário não é analisado meramente sobre uma única ótica ou tendência, ele é visto como fator social e não apenas um reflexo social, portanto deve ser analisado a partir de quatro categorias que são: estrutura, processo, função e forma, conforme afirma Wagner (2003), a saber:

A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento de tempo e a partir daí são criadas as formas e as funções a

serem justificadas.

O processo por sua vez é movimento de transformação e torna-se uma das categorias fundamentais, pois ao considerar apenas a estrutura e não ressaltar o processo esta se realizando uma análise espacial, não geográfica incapaz de captar a organização espacial de um dado espaço em um determinado momento, principalmente no que diz respeito a sua dinâmica populacional.

A noção de função equivale à tarefa, trabalho, atividade vivência em um cotidiano em suas múltiplas dimensões associando algumas, para assim realizar uma análise de forma espacial.

Finalizando, potencializa-se a forma do aspecto visível para se compreender um padrão espacial, considerando essas categorias um conjunto onde se constrói uma base teórica e conceitual do que é espaço.

MATERIAL E MÉTODO

Na perspectiva metodológica para elaboração do trabalho, primeiramente foi efetuada uma análise temporal partindo-se do estudo de Moreira (1997) em que se pôde delimitar o tema bem como direcionar o andamento do trabalho a partir do século XVI, início do processo colonizador exploratório até os dias atuais, momento histórico em que vários projetos de assentamentos da Reforma Agrária, deram acesso a terra para famílias de trabalhadores rurais.

As condições de vida, trabalho e moradia, foram problematizadas enquanto temáticas propostas pelos próprios camponeses assentados, vistas como mais impactantes e mais necessárias para o andamento e soerguimento da unidade rural estudada. Na perspectiva metodológica que se consistiu de um levantamento,

documental e bibliográfico.

Optou-se pela pesquisa empírica e pela observação direta. Em primeira instância efetuaram-se 15 (quinze) visitas ao Assentamento Santa Helena I, concretizadas com o trabalho de campo no espaço analisado, no período de janeiro/2006 a fevereiro/2007, que se materializaram em um apanhado informativo e vivência pessoal, acompanhados de riqueza, cultural, visual e intelectual. Posteriormente se efetuou a coleta de informação documental em órgãos como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Empresa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), envolvidos com o Assentamento, bem como o levantamento bibliográfico que forneceu embasamento teórico e nutriu a proposta sugerida, dando aporte, histórico científico e contextual.

A continuidade do processo metodológico ocorreu durante a execução da pesquisa que é orientada “metodologicamente pela história oral no sentido de valorizar o conhecimento popular e as experiências de vida” (MARIANO NETO, 2001, p. 26). Assim, o saber científico é extraído do saber popular e transformar a experiência de vida em razão é organizar esta experiência em objeto de conhecimento, que resultará na construção formal e contextual dos elementos temáticos analisados.

Para efetivação da análise comparativa dos dados utilizou-se a observação direta, em que foi possível analisar as dificuldades e as reais condições de estrutura. Neste processo se fez uso dos procedimentos metodológicos como a entrevista que contribuiu consubstancialmente para o embasamento histórico. E o questionário, instrumento que permite a contextualização e nutriu o trabalho

de informações estatísticas e contextuais.

Estes elementos subsidiaram e constituíram uma análise a partir das 56 famílias assentadas, das quais, 27% foram entrevistadas, servindo de referencial satisfatório para os objetivos da pesquisa, bem como a compreensão das reais condições estruturais dos projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, em especial às condições de vida trabalho e moradia do Assentamento Santa Helena I.

ASSENTAMENTO SANTA HELENA I: REFORMA AGRÁRIA, POSSIBILIDADE E LIMITES

O Assentamento Santa Helena I localiza-se na Zona Rural do Município de Sapé - PB, a uma distância de 13 quilômetros da cidade. Foi originado devido ao fechamento da Usina Santa Helena, a qual produzia açúcar e álcool, ao mercado interno e externo. A referida Usina era integrante do Grupo “CIA. Agro Industrial Santa Helena (CAIENA)”, concentrador fundiário da região, seu fechamento seu deu em 1993. Aponta-se como uma das causas para o fechamento da Usina, problemas de ordem econômica, que atingiu o setor canavieiro.

Neste período, já existia um processo de pré-falência motivado pelo declínio da produção, demissões de funcionários e pagamentos de altos juros de empréstimos bancários. “O fechamento da Usina Santa Helena gerou um desemprego em massa dos trabalhadores da cana na região e, muitos dos quais se viram obrigados apelar para a mendicância a fim de sustentar minimamente suas famílias” (MOREIRA, 1997, p.332).

Diante da situação em que se encontravam os trabalhadores, moradores/

lavradores da então fechada Usina Santa Helena, migraram para as cidades vizinhas. Os que lá ficaram ocuparam as propriedades da mesma. “Em 1993, a Usina Santa Helena, foi ocupada pela 1ª vez, pelo MST, as causas alegadas pelos posseiros, foram à destruição de lavouras pelos proprietários do imóvel, objetivando a expulsão destes” (MOREIRA, 1997, p.332). A luta pela terra estimulada pelos movimentos sociais do campo foi impulsionada a partir dos anos de 1984, com a criação do MST que expressa à história de luta do campesinato brasileiro (**Figura 1**).

Atualmente o Assentamento Santa Helena I que está inscrito sob CNPJ: 02.689.141/0001-99, obtendo a área de: 3.302,818 hectares e possuindo em seu território 56 famílias assentadas, na condição de agricultores familiares,



Figura 1 - A marcha de uma coluna humana - Sebastião Salgado. Fonte: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em 04 de jun.2007

assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, explorando cada assentado uma área média de 8.9 hectares. A referida área é inferior a 01 (um) módulo fiscal que compreende 30 hectares na Zona da Mata Paraibana (INCRA, 1999).

O assentamento possui um aporte satisfatório no que se refere às potencialidades agrícolas ao cultivo de lavouras de subsistência sustentáveis. Este potencial é favorecido por fatores climáticos e pelo seu aporte hídrico que compreende o Açude de Pacatuba que é um afluente do Rio Una, da bacia hidrográfica do Rio Miriri. Vale salientar que este aporte hídrico não é utilizado em expressividade, devido a não disposição de programas de manejo de água, nem de equipamentos de irrigação no interior do assentamento.

Um trabalho fruto de um Convênio firmado entre a Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL), Engenharia Geoprocessamento e Recursos Hídricos Ltda (ENERGH), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e o INCRA, resultou no projeto de Aptidão Agrícola. Este projeto visa o estudo das potencialidades climáticas e edáficas dos assentamentos rurais agrários em solo paraibano. No Assentamento Santa Helena I, os assessores técnicos identificaram quatro zonas de aptidões identificadas como: duas zonas aptas; uma zona apta com restrições e uma zona inapta.

Os estudos apontam para a exploração racional dos recursos naturais, bem como oferece meios para o planejamento econômico, com base nas aptidões de solo e de clima do assentamento, para que assim alcancem uma maior produtividade e, conseqüentemente, consiga crescer economicamente. Este estudo ratifica todas as potencialidades do assentamento ao cultivo e a produção

a culturas de subsistência (INCRA/ATECEL/UFPB/ENERH, 2001, p.51).

No que se refere ao clima encontrado no Assentamento, é caracterizado como um clima quente e úmido (tropical atlântico), com chuvas de outono-inverno e um período de estiagem de 5 (cinco) a 6 (seis) meses. No estudo sobre a sua geologia que é representada por: Pré-Cambriano Indiviso; Cenozóico; Holoceno (INCRA/ATECEL/UFPB/ENERH, 2001, p. 55).

Diante das possibilidades e aptidões pedoclimáticas constantes no assentamento, que foram vislumbradas durante a realização da pesquisa para elaboração deste trabalho, pode-se verificar que das 56 famílias assentadas, anilou-se a produção de 15 famílias (27%), e as culturas mais produzidas pelos assentados conforme representatividade:

No que se refere à produção pecuária percebe-se que 83,3% do público pesquisado possui animais (caprinos, ovinos, bovinos, aves) em seus lotes, servindo essencialmente como complementação alimentar, sem caráter produtivo e/ou como fonte complementar de renda.

Tabela 01: Representatividade Produtiva por Culturas no Assentamento

Culturas	Percentuais de representatividade produtiva
Batata doce	2,2%
Cana-de-Açúcar	6,5%
Fava	8,7%
Feijão	24%
Inhame	10,9%
Maca-xeira	26%
Milho	21,7%

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos na pesquisa para a confecção do trabalho, 2007.

Referente à produção agrícola de gêneros de subsistência, verificou-se que 66,67 % dos assentados pesquisados comercializam parte dos gêneros produzidos em seus lotes. O percentual restante de 33,33% produz exclusivamente para o autoconsumo/sustentabilidade familiar, não conseguindo extrair em seus lotes de terra excedente que seja comercializável.

Neste contexto verificaram-se alguns problemas que acentuam as dificuldades de suficiência no processo produtivo. O tamanho do lote (8,9 hectares) é inferior a um módulo rural da Zona da Mata Paraibana (30 hectares). Ou seja, os lotes possuem uma área agricultável muito pequena que não consegue gerar um excedente produtivo para ser comercializado. Outra problemática evidenciada se dá devido à falta de uma orientação e assistência técnica viável e acessível. A ausência deste serviço dificulta a produção que se realiza de forma artesanal.

A parte excedente dos gêneros agrícolas que é comercializável enfrenta outro agravante que se materializa na comercialização da produção. Neste momento encontram-se outros obstáculos tais como: transportes e tributos que oneram a comercialização, bem como inacessibilidade ao mercado consumidor dado a intervenção de terceiros, sob a figura do atravessador.

Na pesquisa foi possível testemunhar tal situação, pois o agricultor Renato Vieira, colheu 20 toneladas de macaxeira que foram vendidas a R\$: 0,07 (sete centavos) o quilo, e o atravessador vendeu essa macaxeira a R\$: 1,50 (um real e cinquenta centavos) na feira livre de Sapé.

Conforme Varela (2006, p. 194), “os atravessadores representam 71,3% do destino da produção de gêneros agrícolas dos assentamentos rurais na Paraíba”. Os atravessadores além de pré-fixarem os preços de compra dos produtos,

descontam todo e qualquer serviço por eles prestado no ato da compra, e revendem os produtos ao mercado consumidor, com muita lucratividade (VARELA, 2006, p.194).

Desta forma os Assentados ficam sem poder de barganha sob sua produção, e sem acesso ao mercado consumidor, sendo o atravessador a figura cartelizadora² deste processo de produtivo. Os assentados vislumbram tal exploração/subordinação, mas se vêem limitados/amarrados a este regime diante das condições financeiras e estruturais do assentamento como se pode constatar no depoimento de Seu Renato Vieira:

*“Eu vendo minha produção através do atravessador. A coisa ta ruim (...). Agente trabaia, trabaia, e o atravessador leva 30%, 40% e até 50%%, do que agente produz. Ele desconta o trabaiaador, o frete e é ele quem dá o preço. Olhe ano passado eles só me deram sete centavo pela roça. O dinheiro que eu peguei depois dos disconto foi de duzentos reali (...)”*³

A subordinação a qual estão submetidos não significa conformação. Mesmo sabendo quedevido aos problemas de ordem estrutural que acentuam face à inexistência de uma política de comercialização justa e equilibrada, o que representa o atrelamento a esta forma de produção/exploração favorecendo assim a um continuísmo da lógica capitalista no campo, “que ainda lenta leva a transfor-

² Termo econômico que representa. Acordo entre partes independentes para atuação coordenada, especialmente no sentido de restringir a concorrência e elevar preços.

³ Depoimento do assentado Renato Vieira da Silva em ocasião da aplicação do questionário em jan. de 2007.

mação de uma pequena parte dos camponeses em proprietários capitalistas e de outra parte em assalariados” (LENIN, 1974, p. 153).

No sentido de buscar uma melhoria neste processo produtivo, é que as mãos e os sonhos dos assentados se entrelaçam em uma teia de desejos e vontades de uma nova estruturação/construção, e criação de uma nova liberdade de um novo horizonte, fecundo e próspero cheios de idéias, ideais e projetos que apontem para a cooperação entre as famílias assentadas.

Em um trabalho realizado por Ieno e Bamat (1998, p. 75), sobre a “Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba”, os pesquisadores apontam algumas alternativas para superar os problemas da comercialização, vistas como viáveis e de solução por longo prazo que são: a) estabelecimento, pelo governo de uma política de preço mínimo para a produção, que garanta preços mais justos; b) a transformação das áreas de assentamento em fornecedores dos alimentos necessários para a manutenção alimentar de escolas, creches e hospitais; c) a criação de uma Central de Abastecimento de forma a que pudessem, ao mesmo tempo, eliminar o atravessador e determinar o preço de sua produção; d) a venda direta ao consumidor via feiras livres ou mercados; e) redução/isenção de impostos cobrado sobre os produtos.

Como solução para a problemática em uma esfera mais emergencial é apontada pelos assentados a criação de uma Cooperativa que desenvolva políticas de orientação e otimização dos recursos naturais fundamentados na conservação ambiental e facilite o escoamento da produção e dê suporte necessário no que se refere aos transportes e viabilize condições de comercialização justa e

eqüitativa.

Entretanto os limites burocráticos, financeiros e governamentais ultrapassam as questões estruturais e comerciais uma vez que, se esses pontos não forem equacionados poderão comprometer todo o esforço de melhoria das condições de vida e de produção agrícola, bem como dificultarão a criação dos projetos e parcerias da Cooperativa.

Estes fatores dificultos, os assentados do Assentamento Santa Helena I, têm perspectivas de reconstrução/reestruturação, fundamentadas na conscientização e no senso da coletividade, que se tornam as ferramentas essenciais e necessárias para o crescimento e estruturação deste patrimônio comum.

Estes idéias se materializam em melhores condições de vidas dignas, justas e continuadas no campo, construindo assim como bem comenta Moreira (2007) um “*Território da Esperança*”⁴, que foi e é conquistado e construído pela luta e permanência na terra e ruptura contra as oligarquias econômicas, pela consolidação da vida. Onde a cada amanhecer, a cada chuva que cai no terreiro⁵, renasce uma nova perspectiva, uma nova possibilidade, uma nova esperança, em que mãos, corpos e sentimentos se unem para concretizarem a incessante vontade de viver.

⁴ Moreira (2007). Da concepção de espaço e de espaço agrário à reflexão sobre territórios de esperança: uma contribuição ao estudo da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil. (Mesa redonda de abertura da segunda semana de geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)/Centro de Humanidades (CH), Guarabira, 29 de maio de 2007.

⁵ Espaço de terra onde se realizam e acontecem celebrações, trabalho, festividades “espaço de vida”.

AS CONDIÇÕES, RELAÇÕES E FORMAS DO TRABALHO CAMPONÊS

As condições, relações e formas de trabalho no campo vislumbram paradoxos que permeiam produção versus exploração, degradação, substituição e submissão. Nesta relação cabe aos camponeses, produzir, gerar alimentos, garantir a vida aos habitantes dos espaços agrários e urbanos.

“Trabalho é, em primeiro lugar, é um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, (...), mediante sua própria ação, e seu intercâmbio com a natureza. Neste processo o homem se defronta, como um poder natural, com a matéria na natureza. Põe em ação as forças naturais que formam o seu corpo, seus braços e pernas, cabeças e mãos, para poder assim assimilar, de forma útil para sua própria vida, a matéria oferecida pela natureza. E, ao mesmo tempo que atua sobre a natureza exterior e a transforma, transforma igualmente sua própria natureza, desenvolvendo suas potencialidades latentes e submetendo o jogo de suas forças à sua própria disciplina” (CASTRO; DIAS, 1976, p. 169).

O referencial analisado concerne às dinâmicas de geração, produção e trabalho que não foram reconhecidas se equiparadas a sua importância e necessidade à sobrevivência humana. É histórica a exploração do trabalho camponês no processo de estruturação das relações existentes no espaço agrário brasileiro sendo aqui referenciado especificamente o espaço agrário litorâneo canavieiro da Paraíba.

Neste sentido, os movimentos de luta por terra, trabalho e sobrevivência surgem e se alicerçam nos ideais do reconhecimento, equiparidade e dignidade, contra a situação de subordinação, estagnação e repulsa como era tratada a classe campesina, pelas elites econômicas e pela mídia. Suas táticas de recriação ocorrem “na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela Reforma Agrária” (FERNANDES, 2003, apud SOARES; RODRIGUES, 2006, p.6).

“As diversas formas sociais que dizem respeito ao campesinato, cujas raízes relacionam-se à concentração de terras, de renda e a superexploração desta mão-de-obra, evidenciam a apropriação do trabalho (mais-valia) dos camponeses pelos setores dominantes da economia. A essa extração do trabalho excedente pelo capital, ocorrido quando da venda de produtos pelo agricultor por valor inferior ao gasto na produção, denomina-se “sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1986, apud SOARES; RODRIGUES, 2006, p.7).

Dentro deste cenário de exploração, sangue, suor e vidas foram dispostos para a construção de um novo ideário, de uma nova condição, de uma nova forma de viver, através das lutas pela terra. Lutas estas que com grandes esforços culminaram na criação do MST (1984) e dos assentamentos rurais.

Estes movimentos de lutas foram e são as alternativas de se fomentar justiça social e devolver o direito a vida digna na terra, aos homens e mulheres do campo que trabalharam, construíram, lutaram e alimentaram a população brasileira e significativa parcela da população mundial. Terra em que os

camponeses trabalham e cultivam com mãos, com as mesmas mãos que trabalham de sol - a - sol cultivando, semeando e tirando dela sua sobrevivência. É neste semear, onde resistem e semeiam-se sonhos, vontades e desejos, de uma mesa farta e de um mundo melhor (**Figura 2**).

É neste sentido em que se evidenciam as raízes de resistência camponesa que compreende suas culturas, tradições e a produção que muitas vezes ocorre sob a forma de trabalho familiar. Assim e tomando como base o referencial cultural, pensamos o homem que trabalha a terra: agricultor, lavrador, trabalhador rural, enquanto camponês assentado, produtor, considerando que a construção da campesinidade, se dá num processo contínuo. (MOREIRA et al 2006, p.3).



Figura 2 - Mãos trabalhadas de um trabalhador.

Desta maneira, criar formas/alternativas para proporcionar o desenvolvimento sob a forma da produção agrícola familiar é na verdade assumir novamente o sentido de luta. Sendo que agora não mais por terra, mais pela terra como garantia de sobrevivência e continuidade efetiva no campo.

Neste sentido o espaço camponês se apresenta como um espaço de reciprocidade e de trabalho, portando consideram-se os trabalhos desempenhados pelos assentados como trabalhado camponês sob forma familiar:

“Onde a terra significa trabalho, e o trabalho é o significado da família, como é igualmente a terra enquanto patrimônio. Mas que o objeto de trabalho, a terra é o espaço da família (...). Devido o envolvimento dos membros da família na labuta diária e face a identidade cultural, social, produtiva de interdependência existente entre espaço, terra e trabalho (WOORTMANN, 1990, apud MOREIRA, et al, 2006, p. 2).

A partir da idéia de trabalho familiar buscou-se suporte teórico no pensamento *economicista* (a teoria da agricultura familiar), que trata o camponês enquanto agricultor familiar, do ponto de vista de sua produção, indicando seu grau de inserção no mercado, seu poder de incorporação tecnológica, sem a negação dos traços e raízes culturais imbuídas na fenomenologia camponesa (SOARES; RODRIGUES, 2006, p.1).

No que se refere à renda conseguida exclusivamente pelo desempenho do trabalho familiar pelos assentados, a pesquisada com 15 famílias, evidenciou que esta forma de trabalho representa 58,33% da composição dos rendimentos

do assentamento. Este referencial concentra o grupo de assentados que sobrevivem com uma renda mensal de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), ou seja, menos de um salário mínimo vigente R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) - 2007.

A esta insuficiência dos rendimentos, atribuem-se fatores difíceis à produção agrícola familiar, aqui elencadas: a) falta de políticas públicas que garantam preços mínimos para os gêneros agrícolas; b) dificuldades em transporte e acesso ao mercado consumidor que levam os assentados a dependência dos atravessadores e; c) financiamento concedido pelos agentes financiadores em épocas destoadas com o calendário climático e cultural produtivo.

O referencial de 41,67% do público pesquisado obtém rendimentos maiores que compreendem valores de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) a R\$ 800,00 (oitocentos reais). Este grupo de assentados conseguem estes acréscimos nos rendimentos em relação ao grupo anterior devido à incorporação dos benefícios recebidos do Governo Federal como aposentadorias, e do exercício de tarefas remuneradas paralelas à produção familiar de forma sazonal.

É importante observar a composição dos rendimentos dos trabalhos desempenhados exclusivamente da produção agrícola familiar; bem como absorção e injeção dos rendimentos conseguidos com os trabalhos paralelos acessórios sazonais e as aposentadorias (**Figura 3**).

É interessante observar neste contexto que o percentual de representatividade dos trabalhos paralelos acessórios, não é constante dada a presença da sazonalidade, que é uma variável flutuante, mas que, no entanto assumiu um caráter efetivo no decorrer dos anos, devido aos fatores difíceis existentes na

produção familiar bem como na comercialização dos gêneros produzidos.

Diante dos dados obtidos na pesquisa, verificou-se que a renda média dos assentados pesquisados concerne o referencial de 1,39 salários mínimos. Referencial este inferior à renda média dos beneficiários dos projetos de assentamentos rurais da Paraíba e do Nordeste como se pode constatar na pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo PNUD, referenciado por Varela (2006) (**Tabela 2**).

Tabela 02 - Renda média mensal dos beneficiários dos Projetos de Assentamento

FONTES DE PESQUISA	RENDAMÉDIA POR FAMÍLIA (em salários mínimos)
FAO/PNUD (Estado da Paraíba)	3,04
FAO/PNUD (Nordeste)	2,33

Fonte: VARELA, 2006, p. 201.

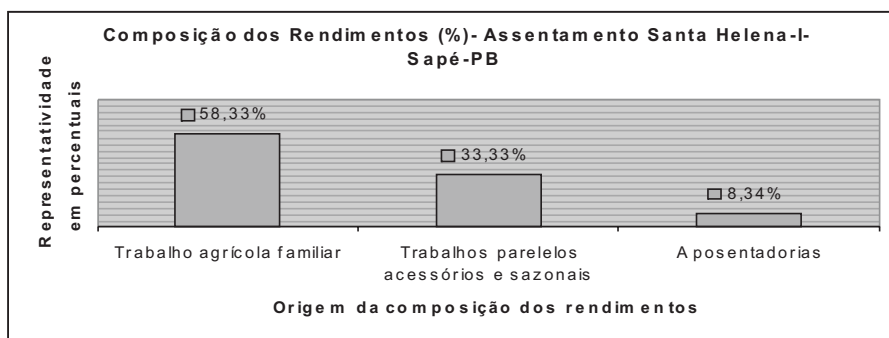


Figura 3 - Gráfico da composição dos Rendimentos (%) – Assentamento Santa Helena-I – Sapé PB

Analizando os referenciais concernentes aos rendimentos mensais dos assentados percebeu-se que há uma limitação na geração de renda no assentamento. Esta limitação favorece a procura de trabalhos acessórios externos, que tem a finalidade de injetar rendimentos no orçamento familiar.

As dificuldades encontradas na realização do “trabalho do camponês assentado, baseado nas resistências da agricultora familiar, é evidente face não ser orientado, pela lógica capitalista, fundamentada na taxa de lucro médio por setor”. O trabalho camponês se confunde com sua própria vida, alias seu objetivo primordial é garantir a vida (VARELA, 2006, p. 210).

Entretanto a falta de políticas públicas e a inelasticidade dos programas de Reforma Agrária em âmbito nacional, os quais não têm conseguido propiciar uma geração de renda justa e equilibrada para os camponeses, somando-se a dominação do capital sobre o processo produtivo no campo que se concretiza com o crescimento da modernização produtiva agroindustrial e a redefinição das relações de trabalho, são os fatores que redimensionam toda lógica camponesa, e agem como agentes modeladores no processo produtivo como se pode perceber na citação:

“Estudos realizados recentemente mostram que se pode falar em uma redução gradativa da participação da agricultura como base econômica e social com relação à emergência de novas atividades, ocupações e funções no meio rural. Isso indica que está ocorrendo uma reorganização dos processos de produção e do trabalho rural. (...) Assim, os diferentes grupos da população rural passam a experimentar, de forma distinta,

os efeitos provocados por essa reorganização” (SANTOS et al, 2006, p. 1).

No Assentamento Santa Helena I, 33,33% dos assentados pesquisados desempenham atividades remuneradas paralelas à produção agrícola familiar no decorrer do ano, ou mesmo durante o inverno bem como em épocas de corte da cana-de-açúcar nas usinas. Tais práticas sazonais se apresentam como modificadoras das relações de trabalho e de identidade camponesa.

“Pode-se afirmar que a dinamização (...) dos fluxos sazonais para a zona canavieira deve-se tanto às modificações na base técnico-material e nas relações de produção que aumentaram a demanda sazonal de trabalho, quando às mudanças político-institucionais (democratização, e as organizações sociais e sindicais), que levaram os fornecedores de cana e usineiros a procurarem esses trabalhadores. Essa tem sido a estratégia patronal para enfrentar as lideranças e a organização do movimento sindical” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 232).

Esta dinâmica interfere na composição dos rendimentos conseguidos entre produção familiar e a inter-relação com os trabalhos sazonais desempenhados pelos assentados, que por outro lado, quebra identidades campesinas e submete os agricultores a uma busca desenfreada por complemento de rendas (**Figura 4**).

Analísado o gráfico percebe-se que na medida em que a produção agrícola familiar decresce devido aos fatores climáticos, que culminam com o final do

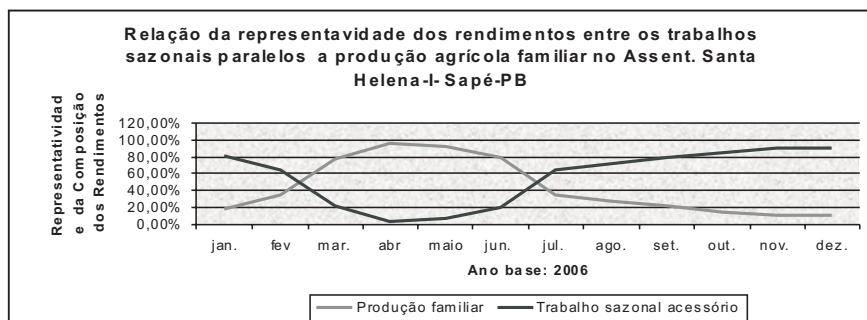


Figura 4 - Relação da representatividade dos rendimentos entre os trabalhos sazonais paralelos a produção agrícola familiar.

inverno, aumenta a absorção dos produtores rurais em trabalhos sazonais na indústria canavieira. Isto se dá face o calendário climático produtivo das culturas de subsistência como mandioca, batata-doce, milho e feijão ser diferente da época da queima, corte e moagem da cana-de-açúcar. Fazendo do trabalho sazonal acessório um atrativo e complementação dos rendimentos em épocas de estiagem.

A recorrência das fontes de trabalho assalariado acessório/sazonal se intensifica em função dos problemas enfrentados pela produção e pela comercialização da produção familiar, não conseguem prover a sustentabilidade para compor o orçamento da família, cujos rendimentos permeiam entre R\$ 15,00 (quinze reais)-diária e R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais), mensais para o caso dos empregados assalariados.

Segundo Marx (1985), esta dinâmica é compreendida dada as condições que estão subjugados os trabalhadores, que devido à incapacidade de rendimentos que não garantem sua sustentabilidade, constituem um “exército de reserva”,

que vende sua força de trabalho por um valor menor do que o valor produtivo, resultando assim em uma mais-valia. Este arranjo é responsável pelo controle da massa trabalhadora, bem como da oferta de emprego e achatamento salarial.

Para Lazzarotto (1981, p. 45-46), “no momento em que se vislumbra o lastreamento constante do trabalho rural assalariado, em que o homem do campo se assalaria, as relações com a terra são desvencilhadas”, bem como as práticas sócio-culturais de cultivo agrícola. Tal dinâmica proporcionará em médio prazo o êxodo rural, que engrossará o exército de reservas, e funcionará como um agente controlador da oferta desta mão-de-obra rural e minimizador do seu valor agregado.

Neste sentido a migração, mesmo que temporária do meio em que se vive e a atração que o trabalho assalariado mensal exerce, com suas pseudo-vantagens, escamoteiam a fatídica realidade controversa. “Ao passo que dar lugar à lógica capitalista da modernização dos meios de produção, ocorre o extermínio de antigas relações de trabalho e parceiras, que consideram o trabalhador assalariado um objeto” (LAZZAROTTO, 1981, p. 46).

“O crescimento do trabalho assalariado representou, na verdade um processo de terceirização das contratações de trabalhadores na agricultura. Vários estudos têm mostrado como, sobretudo na região açucareira, os trabalhadores temporários passaram a ser agenciados por “gatos” ou empreiteiros (...). Essa foi a forma encontrada de tentar driblar a legislação trabalhista (...)” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 260).

A modernização das atividades agrícolas trouxe no seu bojo uma série de complicadores sociais, econômicos e ambientais. “As crises derivadas pela acumulação versus escassez evidenciada particularmente em algumas atividades como a canavieira, só contribuíram para agravar as condições de pobreza da população trabalhadora” (MOREIRA; WATANABE, 2006, p. 14).

Neste cenário o que é produzido é comercializado, nos centros urbano-industriais, por um público diferente dos produtores e trabalhadores, diminuindo a oferta de alimentos para a massa de trabalhadores rurais que se assalariam em fazendas, usinas, destilarias e não produzem mais alimentos para si, comprometendo assim a segurança alimentar da sua unidade familiar. Isto ocorre devido ao valor que os produtos agrícolas agregam quando saem do campo, face os custos de sua produção, transporte e tributação. Inviabilizando seu consumo para as classes de poder aquisitivo menor, acentuando ainda mais as relações de disparidade.

Este arranjo pode ser compreendido segundo Mankiw (2004), pois não existe uma diminuição da oferta de alimentos. A problemática é resultante dada à insuficiência aquisitiva do público com capacidade de rendimento menor em adquirir tais produtos, ao passo em que ocorre a diminuição dos alimentos, concomitantemente aumenta o valor produzido (MANKIW, 2004, p. 91-94).

É na tentativa de amenizar este descompasso que os camponeses congregam esforços em manter resistentes os seus laços culturais. Na medida em que as experiências desses trabalhadores são executadas, novos padrões de convivência social, econômica e política, fazem frente aos velhos esquemas tradicionais do meio rural brasileiro e nordestino.

A negação á esta forma de organização econômica e social, em que o consumo, e o modismo estão associados à austera modernidade, que exclui e limita uma gama da humanidade dado sua ineficiência de poder de aquisitivo, bem como as tentativas dos camponeses e em especial dos assentados pela Reforma Agrária, de recriar uma nova liberdade, onde a terra se apresenta como um alicerce e o trabalho como um instrumento, são as resistências que se fazem presentes neste processo de reconstrução social. Disso tudo, fica um devir camponês, revestido de utopias e que Moreira (2007), chama de “territórios da esperança”.

O SENTIDO DE MORAR NO CAMPO E AS CONDIÇÕES DE CONTINUIDADE NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA I

Entender o sentido da resistência camponesa em permanecer no campo, e extrair do campo motivos para viver, renunciando as seduições do mundo urbano e contemporâneo, com as luzes das metrópoles, suas disponibilidades, agilidades e rivalidades, para assumir as tradições culturais e os entendimentos no que se referem aos valores, princípios e identidade camponesa.

Para o camponês sua terra, seu torrão, seu chão, sua moradia, representa segurança, vida, história de vida e motivos para continuar vivendo. O ufanismo do campesino que se concretiza mediante ação e satisfação de alimentar-se do que se produz, do que é conseguido com seu próprio esforço diário, são os alicerces da fortaleza do campesinato nordestino.

Resistir à organização do mundo contemporâneo, bem como ter ciência da importância do seu papel neste cenário, é um das formas de conservar a existência

de um novo espaço agrário, de um novo espaço de vida. Vida que é vista nascer, após fecundar a terra, com o brotar das sementes. Vida que alimenta e sustenta, quem da vida vive e quem da vida depende para viver. Isto se faz entender o que é morar e viver no campo.

Para Mariano Neto (2004, p. 9), “morar no campo é considerado uma experiência do rústico, do simples. A moradia rural representa a paisagem da sua organização social que compreende diferentes momentos nas relações de produção, ruptura e resistência daquele ambiente”. Caracterizando-se como a essência campestre, que resistem as mudanças estruturais, temporais e excludentes ocorridas no espaço agrário brasileiro.

A heterogeneidade de estruturação do espaço agrário brasileiro, sendo aqui evidenciado o paraibano, que foi fundamentada historicamente no modelo clássico, que abrangia todo o complexo econômico-social exportador, foi fundamentado na hegemonia, das classes proprietárias rurais, que mantinham o controle das relações externas as quais propiciavam a manutenção do padrão de reprodução do capital, adequado para o tipo de economia primário-exportadora (CAVALCANTE FILHO, 2006, p. 68).

Esta forma de estruturação suscitou mudanças por qual passou o espaço agrário brasileiro. A cultura opressora introjetada historicamente neste espaço que teve mais visualização mediante intensificação e modernização da indústria do açúcar e do álcool, que se deu a partir da segunda metade do século XX (1975/1985), onde mudanças subordinaram a agricultura aos interesses do capital, modificando mais uma vez a organização deste espaço (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.26). As casas dos moradores (feitas de

taipa e palha) são destruídas para ceder lugar à monocultura extensiva (MARIANO NETO, 2004, p.8).

O trabalhador “é expulso do campo, têm sua casa derrubada, suas roças arrancadas, para dar lugar a monocultura. Amontoam-se nas periferias das cidades mais próximas, onde são esmagados pela falta de oportunidades, e engrossam a massa de miseráveis” (MOREIRA, 1997, p. 332).

Devido a este êxodo as estruturas do campo e da cidade são modificadas. Os que não se conformam com tal situação, juntam-se aos movimentos e as vozes dos seus semelhantes, para juntos ecoarem um forte grito e tentar sensibilizar os órgãos públicos, para que a terra seja distribuída para quem dela depende para continuar sobrevivendo.

Entretanto foi neste cenário, que se alicerçaram os movimentos que tentavam e tentam prover uma equidade social, bem como garantir condições de vida para os assentados de hoje que são aqueles moradores de condição de ontem (PEREIRA, 2005, p. 110). Neste sentido e depois de muita luta, foi criado o Assentamento Santa Helena I - Sapé/PB.

São reconhecidos pelos assentados pesquisados os benefícios vindos com a criação do assentamento para a manutenção e melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores. Elementos como as condições de moradia são um dos aspectos abordados por 93,3% assentados pesquisados, que tiveram uma significativa melhoria após o assentamento das famílias pelo Programa de Reforma Agrária.

Um dos fatores que mais caracterizam e tornam visíveis as condições de vida dos habitantes de um determinado espaço são as condições de moradia.

Ou seja, a moradia é o indicador mais concreto da qualidade de vida de qualquer população analisada. Neste contexto a moradia, o sítio, a casa, são elementos que se apresentam como reflexo social um espaço de produção e reprodução sócio-cultural, onde se desenrolam as relações humanas de vivência, sobrevivência e resistência.

Para o homem do campo sua moradia transcende a noção de abrigo “teto”. Sua compreensão e importância estão diretamente ligadas às condições e meios de vida. Ter uma moradia, um lugar em que se possa produzir criar, inventar é ter autonomia, é ter sua cidadania reconhecida.

“O menor espaço geográfico indispensável ao ser humano é casa e suas dependências físicas (...). A casa é, no seu mais íntimo e restrito limite das paredes, do quintal das portas e janelas, um retrato das vidas que as ocupa. A casa está sempre vinculada ao espaço da produção e consegue materializa-se nas ações que o trabalho social realiza. Para muitos representa uma fonte histórica das diferentes relações que produziram um dado espaço social” (MARIANO NETO, 2004, p. 9).

A casa para o homem do campo, não é um lugar onde se alicerçam e se limitam às paredes, mais lugar onde se enraízam sonhos de uma vida, onde o quintal é o cenário do milagre da geração de alimentos (MARIANO NETO, 2004, p.8). É nesta mística que se materializam os anseios camponeses de recriação e reestruturação social (**Figura 5**).

No entanto a questão da moradia atinge esferas dicotômicas devido à



Figura 5 - Casa de camponês assentado - Assent. Sta Helena I.

inelasticidade do Programa de Reforma Agrária que não abrange/contempla a continuidade ou progressão da primeira unidade familiar assentada. Desta maneira o programa se apresenta limitado e sem abrangência, devido não congrega a continuidade/crescimento das famílias, visto que sua formação é direcionada a acomodar uma única unidade familiar por lote, não acompanhando ou garantindo continuidade/sustentabilidade aos descendentes da unidade familiar original, que não são contemplados pelos programas de Reforma Agrária e continuam nos lotes dos pais.

Ao continuarem no lote dos pais, os filhos dos assentados sobrevivem em subcondições econômicas, sociais e políticas, dada à inexistência de políticas

públicas que os contemplem, acentuando as condições as quais estão subjugados. Tais condições a que este grupo de camponeses estão inseridos denotam uma divisão classes sob a forma de uma casta social, composta pelos filhos e parentes dos assentados que residem dentro do assentamento.

Neste sentido este grupo de camponeses muitas vezes voltam a incorporar outra luta por acesso a terra em outro espaço, ou migram para cidades próximas para procurar emprego, mudando totalmente sua forma de vida. Quando permanecem no lote dos pais, este grupo é obrigado a complementar a renda através da venda da sua mão-de-obra. “Para alguns teóricos, a venda da força de trabalho sazonal e a contratação do trabalho assalariado temporário denotam processos sociais de decomposição da produção agrícola familiar” (SOARES; RODRIGUES, 2006, p. 5).

Esta problemática decompõe a reprodução social, político, cultural e econômica do campesinato, agravado pela incapacidade de incorporação das descendências dos assentados, que são os agentes continuadores das raízes culturais, sociais, histórias e produtivas do campo.

Nesta tônica, as condições de moradia que antes foram notoriamente reconhecidas como de boa qualidade/dignas no ato do assentamento da família original, se apresentam neste cenário sob um processo de retrocesso, dada a não acomodação/contemplação da progressão familiar em face da inelasticidade do Programa de Reforma Agrária, conforme evidenciado na pesquisa.

Desta forma este grupo em análise é vislumbrado como uma forma real da resistência camponesa, que apesar das dificuldades em garantir a sustentabilidade, bem como os fatores dificultos em permanecer no campo, ainda resistem. Neste

cenário de moradia no assentamento, às casas de taipa são construídas como anexo às casas edificadas pelo INCRA (**Figura 6**).

A imagem fotográfica denuncia um assentamento no qual as moradias para os chefes de famílias não dão conta em atender aos filhos que casam. Estes são obrigados a ocupar parte do lote com as taipas, experiências arquitetônicas adquiridas antes da vida de assentados.

De acordo com Silva (1996) citado por Santos et al (2006, p. 4), o que ocorre no campo é um processo de “sub-urbanização” do espaço rural que está associado



Figura 6 - Moradia de taipa dos filhos dos assentados -Assentamento Santa Helena I.

ao surgimento de novas funções no meio rural brasileiro. Além de produzir alimentos, o meio rural passou a assumir funções “residenciais” e de produção de bens e serviços. Já em relação às funções residenciais, destacam que o meio rural transformou-se em um minifúndio habitacional carente de quase tudo (SILVA, 1996 apud SANTOS et al, 2006. p.4).

O simples acesso à terra, somado a um mínimo de apoio governamental, não permite que camponeses assentados de pequenas dimensões vivam com um nível de renda que acomodem o crescimento da sua família em seu lote, com tendência a dissolver-se, seja pela migração, pela inviabilidade dos estabelecimentos, pela incapacidade de financiamentos ou pela baixa capacitação dos recursos humanos, constituído por residentes rurais voltados quase que exclusivamente ao autoconsumo (SOARES; RODRIGUES, 2006, p.4-5).

A situação em que se apresenta o espaço analisado, e as condições as quais estão submetidas às famílias camponesas assentadas são vislumbradas como um anacronismo social que atingem amplamente os habitantes que residem nos lotes, dado o conceito de família que é dilatado, não restrito a uma única unidade.

Estas questões relativas à luta pela terra e os limitados projetos de Reforma Agrária no Brasil, demonstram a existência de fortes contradições, e constituem a matriz problemática que muitas vezes a inviabiliza, face está alicerçada sob um arranjo de características Malthusianas, dada a sua limitação no que se refere à progressão familiar e a sua estruturação/formatação que não compreende, ou dá suporte aos seus beneficiários (ROSS, 1995, p. 384).

Entretanto a pretensão de fazer do campo um espaço social e produtivo são

as aspirações camponesas, entendendo que a Reforma Agrária é a primeira ferramenta transformadora, pois reestrutura toda a organização fundiária pré-estabelecida historicamente. Neste sentido proporcionar condições dignas e equitativas de vida e continuidade no campo são as reais aspirações do campesinato, que faz do campo, seu espaço vida e de reconstrução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a problemática que envolve o espaço agrário, como a questão da terra e condições de vida dos que vivem na terra e da terra, bem como verificar as reais condições dos projetos de assentamento rural do Programa de Reforma Agrária Nacional, é apreender em consonância ao processo de reestruturação e os motivos que ratificam a luta em defesa e reafirmação da vida do ser humano contra um sistema que priorizou a depredação da natureza e as desigualdades sociais de um sistema de capital que se sustenta com a riqueza quase individual à custa da pobreza e da fome coletiva.

Neste sentido a Reforma Agrária se apresenta como um escape ou solução urgente, não se faz num toque de mágica. Ela exige um permanente pensar crítico em torno da ação transformadora dos resultados que dela se obtenha. Analisando o Assentamento Santa Helena I-Sapé/PB, objeto de estudo deste trabalho, e tomando o mesmo como referencial, se pode ter uma visão mais concreta das reais condições estruturais e humanas dos projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Governo Federal.

Tendo como referência a noção de que qualidade de vida é resultado de diversos fatores, como condições de saúde, educação, trabalho, habitação, acesso a bens e serviços subjetivos, como satisfação com a vida, expectativas e

realizações, podemos afirmar que os níveis de qualidade de vida a que os camponeses e seus filhos estão submetidos na comunidade rural pesquisada ainda é baixo.

O assentamento se encontra em uma esfera dicotômica dada suas possibilidades e seus limites, que compreende de um lado os fatores favoráveis de ordem natural (aporte produtivo) em contraposição aos impasses estruturais, no que se refere às condições de continuidade e reprodução social. A comercialização e dificuldades de amplificação produtiva resultam em uma insuficiência econômica, atingindo diretamente as variáveis que indicam o nível de qualidade de vida dos assentados.

Apesar destes elementos favoráveis, os assentados sofrem interferência de fatores dificultos que atingem a produção e minimizam a capacidade de soerguimento do assentamento: a) Tamanho insuficiente dos lotes (8,9 hectares), que dificulta o processo produtivo, onde muitas vezes dada esta circunstância o que é produzido destina-se ao autoconsumo e/ou muitas vezes é insuficientemente a comercialização; b) Inacessibilidade ao mercado consumidor devido às condições estruturais de ordem material que faz com que os assentados recorram à figura do atravessador, que age como um agente depreciador do processo produtivo, e; c) A não aplicação dos Programas Federais de Assistência aos projetos de assentamentos são um dos paradigmas que mais dificultam e/ou entravam o processo de soerguimento, onde os mesmos limitam-se somente a fundação e não contemplam efetivamente a continuidade dos projetos de assentamento.

No que se refere às condições trabalho, vislumbra-se uma insuficiência de

rendimentos que compreende o referencial de 1,39 salários mínimos conseguidos com a produção agrícola familiar. Estes rendimentos só garantem minimamente a melhoria das condições de vida aos assentados, devido aos problemas de ordem estrutural, o que direciona uma gama dos assentados, bem como seus filhos, a procurarem trabalhos paralelos acessórios sazonais, fora do assentamento, devido às condições as quais os assentados estão subjugados.

Apesar do trabalho sazonal se incorporar aos rendimentos como agentes complementares, os mesmos ressoam como agentes modeladores da estrutura, cultural e social do trabalho camponês. Neste sentido, esta atividade se apresenta como decompositora do trabalho camponês, que ao se submeter ao trabalho fora de sua terra, perde sua identidade, dando lugar a um trabalhador assalariado que obedece outra ordem, tem outra finalidade, outro direcionamento e outro objetivo. Em que o ato de produzir está associado à remuneração, diferentemente dos objetivos camponeses.

Neste cenário, várias são as críticas feitas ao atual modelo de Reforma Agrária proposto pelo Governo Federal. Visto que a produção dos alimentos dos projetos de assentamento ora está sob o domínio dos intermediários dos atravessadores, ora do próprio capital, que sujeita a renda da terra e torna a produção camponesa sua dependente.

Referente às condições de moradia e de continuidade no assentamento, dada às condições estruturais do mesmo, bem como a inelasticidade do Programa de Reforma Agrária que não compreende a progressão familiar da unidade original assentada. “O projeto de Reforma Agrária é revestido por um pragmatismo Malthusiano” (ROSS, 1995), que não compreende a progressão familiar. Tal

progressão resulta no retrocesso as condições de vida, bem como na escassez alimentícia.

O fator da incapacidade de incorporação da progressão familiar dos assentados direciona a outra forma de estruturação e organização do social e econômica no campo. Isso por que muitos trabalhadores rurais voltam às antigas condições de vida existentes antes da fundação do assentamento, fato este evidenciado em precárias condições de habitação e difíceis condições de continuidade no campo que em muitas vezes direcionam ao êxodo ou ao ingresso de atividades paralelas a produção familiar e a trabalhos não rurais.

Diante deste quadro pode-se afirmar que a Reforma Agrária não pode nem deve ser limitada ou interpretada em somente fornecer a terra. A terra é o primeiro passo é a primeira conquista, é a alternativa concreta de pleitear uma vida melhor e mais digna ao homem do campo, bem como aos seus descendentes que serão e representaram o campesinato amanhã.

As ações advindas com a Reforma Agrária, ainda estão muito aquém das reais necessidades dos camponeses assentados e de suas famílias. Dentro desta realidade conforme afirmado pelo público pesquisado, por mais tímida e limitada que sejam as mudanças de ordem econômica, a terra dos assentamentos hoje está cumprindo sua função social, se apresentando como a concretização da resistência cultural, social e ideológica, e apesar das dificuldades está produzindo, transformando-se em ganhos para a sociedade em geral.

Os assentamentos rurais apesar das críticas e das limitações representam a ruptura contra uma minoria dominante, representa vitória contra o medo, contra a omissão, contra a corrupção, contra a covardia, contra exploração e contra a

desigualdade. Representa espaços onde se semeiam os sonhos e os desejos mais gêneros de uma nova humanidade melhor, mais justa, mais solidária e mais igualitária.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). (2001) Ensaios de Geografia Contemporânea. São Paulo: Editora Hucitec.
- CASTRO, Anna Maria; DIAS, Edmundo Fernandes. (1976) Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca.
- CASTRO, Josué de. (1967) Geografia da Fome. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CASTRO, Iná Elias de Castro; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. (2005) Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CAVALCANTE FILHO, Antonio. (2006) A estrutura agrária e o dualismo na Economia brasileira. João Pessoa: Editora Meta.
- FURTADO, Celso. (1969) Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional.
- INCRA/ATECEL/UFPB/ENERH. (2001) Aptidão Agrícola dos Projetos de Assentamentos do INCRA-PB. Campina Grande.
- INCRA. (1999) Plano de Desenvolvimento Simplificado-PDS. João Pessoa.
- IENO, Genaro; BAMAT, Thomas. (1998) Qualidade de vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB.
- LAZZAROTTO, Valentim. (1981) Pobres construtores de riquezas. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul.
- LEMOES, Francisco de Assis Lemos. (1996) Nordeste, o vietinã que não houve. Ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina/PR: editora da UEL.
- LENIN, I. V. (1974) Le développement du capitalisme en Russie. Paris. Ed. Sociales.

- MANKIW, N. Gregory. (2004) Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus.
- MARIANO NETO, Belarmino. (2004) A produção do Espaço Agrário Paraibano enquanto instância social. In: Par'a'iwa. Nº 5, João Pessoa, março.
- MARINO NETO, Belarmino.(2001) Ecologia e Imaginário. Memória Cultural, Natureza e Submundialização. João Pessoa: Editora Universitária.
- MARX, Karl. (1980) Consequências Sociais do Avanço Tecnológico. São Paulo: Edições Populares.
- MARX, Karl. (1985) O Capital. Volume V. São Paulo: DIFEL.
- MELO Antonio Sérgio Tavares de; RODRIGUES, Janete Lins. (2003) Paraíba Desenvolvimento Econômico e a questão Ambiental. João Pessoa: Editora Grafset.
- MENDONÇA, Daniel Baltazar. A (2006) (In) Sustentabilidade da Produção Familiar e a Questão da Sobrevivência no Assentamento Santa Helena- I Sapé - PB. 73 f. Monografia (Licenciatura Plena em História)-Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira.
- MOREIRA, Alessandra Pereira da Costa, et al. (2006) Pobreza rural e resistência camponesa na Paraíba: Confrontando dados e registrando experiências. In: Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano/ III Encontro Paraibano de Geografia/ III Semana de Geografia da UFPB, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2006.
- MOREIRA, Emília. (2007) Da concepção de espaço e de espaço agrário à reflexão sobre territórios de esperança: uma contribuição ao estudo da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil. In: II Semana de Geografia da UEPB, 2007, Guarabira. Anais... Guarabira: UEPB.
- MOREIRA, Emília.(1997) Por um pedaço de chão. João Pessoa: Editora Universitária.
- MOREIRA, Emília: TARGINO, Ivam. (1997) Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária.

- MOREIRA, Emília; WATANABE, Takako. (2006) Ambiente, trabalho e Saúde. João Pessoa: Editora Universitária.
- NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. (2006) O desenvolvimento da agricultura camponesa no município de Cruz do Espírito Santo. In: Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano/ III Encontro Paraibano de Geografia/ III Semana de Geografia da UFPB, 2006, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB.
- PEREIRA, Antonio Alberto.(2005) Além das Cercas. Um olhar educativo sobre a reforma agrária. João Pessoa: Editora Idéia.
- RODRIGUES, Janete Lins. (2001) Atlas Escolar da Paraíba. João Pessoas: Editora Grafset.
- ROSS, Jurandy L. Sanches (Org.). (1995) Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. (1988) Discursos Sobre a Origem e os Fundamentos de Desigualdades entre os Homens. São Paulo: Nova Cultura.
- SALGADO, Sebastião. (2007) A marcha de uma coluna humana. 2002. 1 fotografias. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 04 de jun. de 2007.
- SANTOS, Loraine Meneses dos, et al. (2006) A expansão do emprego terciário no meio rural do Nordeste. In: Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano/ III Encontro Paraibano de Geografia/ III Semana de Geografia da UFPB, 2006, João Pessoa. Anais. João Pessoa: UFPB.
- SANTOS, Nilton. (1996) Por uma Geografia nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec.
- SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. (2006) Agricultura Familiar Políticas Públicas e Resistência Camponesa. In: Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano/ III Encontro Paraibano de Geografia/ III Semana de Geografia da UFPB, 2006, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB.
- VARELA, Francisco. (2006) A Questão Agrária Nacional e Assentamos Rurais na Paraíba. João Pessoa: Editora Idéia.

WAGER, N. Lima. (2003) Geografia da População em abordagem social. Alagoas-Maceió: Editora UFAL.